



AS COOPERATIVAS DO RAMO AGROPECUÁRIO: CARACTERIZAÇÃO E CRÍTICA A SUA ATUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

The cooperatives of the agricultural branch: characterization and criticism of its performance in Rio Grande do Norte, Brazil

Cooperativas en el sector agrícola: caracterización y crítica de su desempeño en Rio Grande do Norte, Brasil

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.926>

Alexandra Alves da Cunha¹

Josué Alencar Bezerra²

Histórico do Artigo:

Recebido em 16 de abril de 2023

Aceito em 12 de novembro de 2023

Publicado em 07 de dezembro de 2023

RESUMO

O Cooperativismo é a união de pessoas com o mesmo objetivo e que desejam desenvolver uma atividade econômica, com foco na qualidade de vida dos sócios. O presente estudo busca identificar as cooperativas do setor agropecuário do Rio Grande do Norte, Brasil, distribuídos por regiões e municípios do território nos últimos anos. O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica de conceitos do cooperativismo, seus aspectos legais e tipologia, e o recorte empírico caracterizado a partir dos dados secundários extraídos do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), bem como de dados atualizados sobre o cooperativismo agropecuário no Nordeste e no Rio Grande do Norte. Foi utilizada na metodologia uma abordagem qualitativa, pois está relacionada a questões de descrição particulares das organizações; de caráter descritivo, por descrever as organizações cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Norte, e exploratório, por ser algo pouco explorado no estado Potiguar. Os agricultores deverão se apropriar de suas organizações e suas produções, o fortalecimento deste setor depende da organização dos mesmos, portanto, estes necessitam de apoio, e o conhecimento é de fundamental importância.

Palavras-chave: Agropecuária. Cooperativismo. Desenvolvimento Rural.

¹ Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN).

Email: alecunha02@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9489-4177>

² Professor efetivo do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Email: josuebezerra@uern.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7422-3018>

ABSTRACT

Cooperativism is the union of people with the same objective and who wish to develop an economic activity, focusing on the members' quality of life. This study seeks to identify cooperatives in the agricultural sector in Rio Grande do Norte, Brazil, distributed by regions and municipalities in the territory in recent years. The work was carried out from a bibliographic research of cooperativism concepts, their legal aspects and typology, and the empirical outline characterized from the secondary data extracted from the 2017 Census of Agriculture (IBGE), as well as updated data on agricultural cooperativism in the Northeast and in Rio Grande do Norte. A qualitative, descriptive and exploratory approach was used in the methodology. Farmers should take ownership of their organizations and their production, strengthening this sector depends on their organization, and knowledge is of fundamental importance.

Keywords: Agriculture. Cooperatives. Rural Development.

RESUMEN

El cooperativismo es la unión de personas con un mismo objetivo y que desean desarrollar una actividad económica, enfocándose en la calidad de vida de los socios. El presente estudio busca identificar las cooperativas del sector agrícola en Rio Grande do Norte, Brasil, distribuidas por regiones y municipios del territorio en los últimos años. El trabajo se realizó a partir de una investigación bibliográfica sobre los conceptos de cooperativismo, sus aspectos legales y tipología, y el corte empírico caracterizado a partir de datos secundarios extraídos del Censo Agropecuario de 2017 (IBGE), así como datos actualizados sobre el cooperativismo agrícola en el Nordeste y en Rio Grande del Norte. En la metodología se utilizó un enfoque cualitativo, ya que se relaciona con cuestiones particulares de descripción de las organizaciones; descriptivo, ya que describe las organizaciones cooperativas agrícolas en Rio Grande do Norte, y exploratorio, ya que es algo poco explorado en el estado de Potiguar. Los agricultores tendrán que apropiarse de sus organizaciones y de sus producciones, el fortalecimiento de este sector depende de su organización, por lo tanto necesitan apoyo, y el conocimiento es de fundamental importancia.

Palabras clave: Agricultura. Cooperativismo. Desarrollo Rural.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a agricultura familiar brasileira ganhou forma e representatividade na economia, no entanto, ainda se mostra como desvalorizada, ao contrário do agronegócio, que a partir da década de 1970 atingiu avanços significativos devido a modelos de pacotes tecnológicos de países desenvolvidos, período conhecido por Revolução Verde.

Em contrapartida, a agricultura familiar se destaca no setor agropecuário nacional por ser uma atividade responsável pela maior parte da produção de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros (BRASIL, 2019). E, com base em Batalha et al. (2005), podemos observar algumas deficiências na agricultura familiar, as quais destacam-se: falta de organização social, estrutura física e mercado consumidor, podendo este ser diretamente prejudicado pela falta de regularidade da produção.

Dentro da agricultura familiar, o cooperativismo deve surgir a partir da iniciativa dos próprios agricultores e seus familiares, tornando-os independentes e detentores de certos direitos os quais, sem organização, não seria possível. Assim como também não seria possível a valorização dessa classe, a qual, muitas vezes, está imposta a determinadas condições, tornando, assim, as atividades agrícolas pouco atrativas, dificultando a sucessão e continuidade dessa atividade nas famílias rurais (BOESSIO;

DOULA, 2017). Torna-se importante lembrar a importância da Assistência técnica e extensão rural p desenvolvimento rural no território seja qual forem suas características (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2020).

Nesse sentido, o cooperativismo pode trazer para o meio rural: geração de ocupação e renda; produção de alimentos saudáveis e, com isso, segurança alimentar e nutricional; valorização da agricultura familiar; qualidade de vida no campo; desenvolvimento rural e possibilidade de acesso a mercados.

Para Sales (2010), uma cooperativa na maioria das vezes é fundada em momentos de dificuldades, perante a fragilidade do ser humano no ambiente em que atua. Este mesmo autor ainda destaca que o cooperativismo pode ser capaz de unir capacidades de diferentes indivíduos, e a partir destas aptidões tornar-se uma atividade qualificada para concorrer economicamente de forma justa no mercado. Esta surge com o intento de preservação da força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo conjunto econômico e social que tem os mesmos objetivos e dificuldades (SALES, 2010).

Vemos que o Cooperativismo é uma alternativa viável para o desenvolvimento das atividades agrícolas, pois este setor requer organização e inovação, para um bom desempenho de suas atividades.

De acordo com Lago (2009), o cooperativismo agropecuário busca a otimização dos resultados, para isto, deve buscar a eficiência na produção e, assim, poder competir em mercados mais dinâmicos e exigentes do setor.

Ainda considerando Lago (2009), o setor agropecuário, em alguns casos, passa por dificuldades financeiras, tecnológicas e até humanas, impossibilitando a capacidade de concorrer com empresas mais consolidadas. Estas dificuldades são mais visíveis quando se trata do pequeno agricultor ou agricultor familiar.

A atividade agropecuária é pouco estimulada quando trata-se de pequenos e até médios agricultores, em alguns casos a falta de políticas públicas específicas e a concorrência desleal torna este setor pouco atrativo, em alguns casos a pouca valorização, dificulta a expansão desta atividade.

De acordo com os dados do censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o campo está se esvaziando e as atividades agropecuárias diminuindo, como também os jovens estão menos interessados em ocupar o lugar dos pais e avós nas propriedades rurais, dificultando a sucessão desta atividade a nível nacional, fato também observado no estado do Rio Grande do Norte.

No semiárido nordestino, essa atividade perde espaço para o agronegócio, visto que a falta de conhecimento e incentivo financeiro faz com o que ela se torne pouco atrativa. Além do mais, a falta de organização dos agricultores familiares e as exigências do mercado faz com que se tornem reféns de

atravessadores. Diante desta problemática, seguimos com a relevância desta pesquisa e como ela irá contribuir na prática e na teoria, como também na nossa atuação profissional.

Na prática, este trabalho dota de relevância devido ao cooperativismo ser uma alternativa viável para o fortalecimento da agricultura familiar, por se tratar de uma organização social que visa a união das pessoas para um bem comum. O cooperativismo na agricultura familiar busca, principalmente, fortalecer suas atividades produtivas para fins de validação e comercialização dos seus produtos, tornando possível o abastecimento de alimentos de qualidade para o comércio local e a ampliação para outros mercados.

Por esse motivo, o cooperativismo agropecuário potiguar necessita de estímulo, para que esta atividade obtenha sucesso, sendo que de acordo com os dados do último censo (IBGE, 2017), quando trata-se de agricultura familiar, este estado apresenta déficit nas atividades agrícolas e pecuárias.

A possibilidade do apoio deste setor acarretará no fortalecimento das atividades rurais de pequenos e médios produtores, sendo o cooperativismo uma alternativa viável para o aumento da capacidade produtiva e social, proporcionando assim o desenvolvimento em áreas rurais de forma sustentável.

Diante do exposto, este trabalho pode contribuir com debates sobre esta temática, como também para identificar onde estão os entraves que impedem o desenvolvimento desta atividade, e também para se pensar sobre a formulação de políticas públicas eficazes para o fortalecimento do cooperativismo agropecuário Potiguar.

Objetivamos com este estudo, identificar e caracterizar as cooperativas agropecuárias que estão localizadas no Rio Grande do Norte, percebendo como estas contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e seus impactos no setor agrícola da região. O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre conceitos do cooperativismo, seus aspectos legais e tipologia, e o recorte empírico caracterizado a partir dos dados secundários extraídos do Censo Agropecuário de (IBGE, 2017), bem como de dados atualizados sobre o cooperativismo agropecuário no Nordeste e no Rio Grande do Norte.

O artigo é fruto de uma pesquisa maior que estudou como as cooperativas agropecuárias estão organizadas no Rio Grande do Norte e sua potencial contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar (CUNHA, 2021). Este texto está estruturado com a primeira seção que concluímos aqui (introdução), seguida da metodologia, em que apresentamos a abordagem, objetivos da pesquisa e procedimentos, estes utilizados para desenvolver uma breve pesquisa bibliográfica sobre o tema. Posteriormente discorreremos sobre os aspectos legais e operacionais do cooperativismo, ainda nessa seção, teceremos consideração do cooperativismo agropecuário, utilizando dados extraídos do censo

agropecuário de 2017. A quarta seção discorreremos sobre o cooperativismo como ferramenta de fortalecimento desta atividade. Na quinta seção foram apresentadas as cooperativas do ramo agropecuário existente neste estado. Finalizamos com as considerações finais do trabalho.

METODOLOGIA

No presente artigo com relação ao tipo da pesquisa, foi caracterizado por uma abordagem qualitativa, a partir do material coletado interpretamos os dados obtidos, como também fizemos um comparativo com o material já existente na literatura, e com dados secundários já publicados.

De acordo com Minayo (2001), a abordagem qualitativa trabalha com diversos significados, motivos, crenças, valores e atitudes, evidenciando mais profundidade nas relações, e que não podem ser mostrados através de variáveis.

Este artigo adota o método de procedimento de caráter descritivo-analítico (PRODANOV, 2013), pois descreve o cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Norte com suas características de determinada população ou fenômeno, bem como com foco em estudar sua organização no território sob nova visão do problema.

Também é um trabalho exploratório que para Gil (2008) ocorre quando existe pouco ou nenhum material sobre o tema, ou seja, quando é pouco explorado, pois o cooperativismo agropecuário potiguar é pouco estudado em forma de pesquisa.

Já com relação ao procedimento da pesquisa, foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica, com conceitos, um pouco de história e aspectos legais sobre cooperativismo, como também dados atuais sobre o cooperativismo e agropecuária com dados extraídos do último censo agropecuário de 2017.

Este estudo realizou um levantamento de todas as cooperativas do ramo agropecuário que estão localizadas no Rio Grande do Norte. Este trabalho tem uma finalidade de exploração deste tema, servindo como base para posteriormente conhecer melhor estas organizações. Desse modo, entender que o cooperativismo agropecuário foi necessário para perceber o papel desse ramo no território potiguar.

Para realizar o levantamento destas organizações foi necessário fazer uma pesquisa para entender onde estas estão localizadas, e para isto, contatou-se a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte (OCERN), solicitando uma relação das cooperativas do ramo agropecuário. A OCERN nos forneceu uma relação completa das cooperativas deste ramo contendo algumas informações relevantes para a nossa pesquisa, e partindo da lista tomamos conhecimento de onde estão localizadas tais cooperativas.

ASPECTOS SOBRE COOPERATIVISMO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

O Cooperativismo é considerado uma organização que reúne um grupo de pessoas com interesse comum, considerado como uma forma positiva de organização das atividades socioeconômicas. Esta visa à união das pessoas e não somente o lucro, objetivando as necessidades sociais do grupo e não apenas do capital. O ato de cooperar pode ser definido quando as pessoas ou grupos se juntam para a realização de trabalhos com o mesmo interesse (SESCOOP/RN, 2020).

A primeira cooperativa da história foi fundada em 1844 na Inglaterra. Este movimento foi causado como resposta de um grupo de trabalhadores unidos (maioria de tecelões) devido ao desemprego e aos salários baixos pagos pelas empresas europeias, após o início da Revolução Industrial. Neste movimento surgiram alguns princípios com o objetivo de obter sucesso nas ações que seriam realizadas pelo grupo de pessoas com o mesmo interesse (OCB, 2020).

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2020) para executar na prática a doutrina cooperativista, existem princípios norteadores a serem seguidos, que foram aprovados na fundação da primeira cooperativa, e que são válidos até hoje, pois qualquer indivíduo que almeja fazer parte de uma sociedade cooperativa deve seguir os seguintes princípios: 1º Adesão voluntária e livre; 2º Gestão democrática; 3º Participação econômica dos membros; 4º Autonomia e independência; 5º Educação, formação e informação; 6º Intercooperação; 7º Interesse pela comunidade.

Para Alves (2003), os princípios do cooperativismo, se seguidos adequadamente, podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país, pois proporciona a diminuição da desigualdade, como também favorece o surgimento de oportunidades de trabalho e renda, fortalece as instituições democráticas, e a humanização das relações econômicas.

Tomando conhecimento sobre os princípios norteadores do cooperativismo identificamos a importância do nosso estudo para o fortalecimento da agropecuária potiguar, sendo uma alternativa para os agricultores que necessitam de amparo legal para o desenvolvimento de suas atividades, visto que as cooperativas são respaldadas por uma legislação específica, como será mencionada na próxima subseção.

Aspectos legais do cooperativismo no Brasil

Para que as cooperativas fossem amparadas pela legislação foi instituída a lei de nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971, que vigora até os dias atuais. Esta lei define em seu artigo 4º: As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados (BRASIL, 1971).

Apesar do amparo desta lei do cooperativismo, as atividades agrícolas, só teriam um maior reconhecimento a partir da promulgação da Constituição de 1988, com destaque para o Art. 187: A política agrícola será planejada e executada, na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição de 1988, no Artigo 187, está o inciso VI que leva em conta especialmente o Cooperativismo, este sendo uma ferramenta de grande importância para a valorização e o fortalecimento das atividades agrícolas.

Segundo Velloso (2011), a partir da Constituição de 1988, o Estado não podia intervir legalmente na atividade cooperativa. Apesar de nesta época ter surgido várias centrais de cooperativas em função da disseminação de cooperativas singulares e com o setor agrícola se modernizando com a industrialização.

Para Silva (2006), um avanço significativo para as sociedades cooperativas, foi a instituição da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 1969, que tinha como estratégia política de controle e gestão e o objetivo seria adequar o cooperativismo brasileiro com o modelo agroexportador de desenvolvimento.

Após a sua constituição, a OCB se tornaria a principal forma de comunicação entre o Estado brasileiro e as cooperativas no Brasil, tendo como amparo legal a Lei n.º 5.764/71, pois de acordo com o art. 105 institui que a representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras (BRASIL, 1971).

A OCB se constituiu como um instrumento da classe dominante brasileira, servindo ao desenvolvimento do capitalismo no país e, por outro lado, vimos a organização da classe trabalhadora e com os pequenos produtores menos favorecidos, posicionando-se totalmente contra, pois este modelo de desenvolvimento não os beneficiava (SILVA, 2006; VELLOSO, 2011).

No Brasil existem três grandes centrais de cooperativas que apoiam o produtor rural, sendo: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), além das inúmeras cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que atualmente conta com 160 cooperativas, além de 120 agroindústrias e 1900 associações em todo o Brasil (VELLOSO, 2011; MST, 2023).

Cada uma destas grandes centrais apoia o cooperativismo de forma diferente, em suas distintas escalas, embora defendemos a equidade nas relações de diferentes classes econômicas e sociais de produtores rurais.

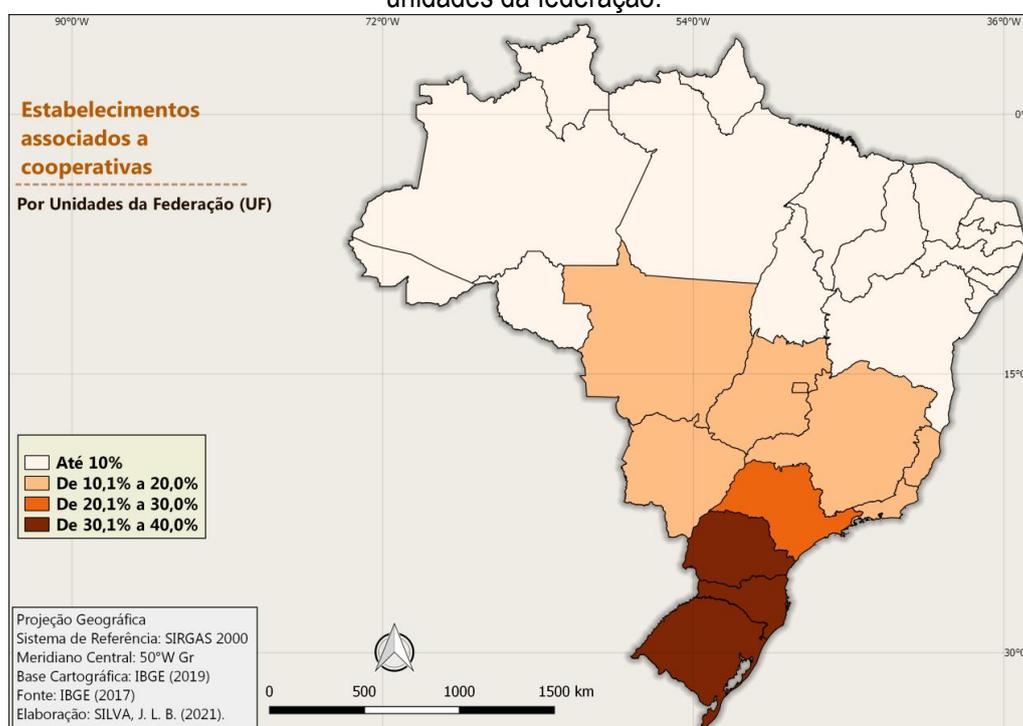
Mesmo diante de marcos regulatórios este tipo de organização ainda enfrenta entraves, e quando se trata de cooperativismo agropecuário, ocorre um baixo índice de adesão às cooperativas em algumas regiões do país, pois ainda há resistência dos indivíduos ao cooperativismo.

O censo agropecuário de 2017 comprova esta disparidade nas regiões do país com relação as sociedades cooperativas, seguem, portanto, alguns dados que foram levantados e que mostra informações importantes sobre estas organizações do ramo agropecuário, como serão mencionados na próxima subseção (IBGE, 2017).

Dados do cooperativismo do ramo agropecuário de acordo com o censo agropecuário de 2017

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, no Brasil, 579,5 mil estabelecimentos estão associados à cooperativas, isso equivale a 11,4% de todos os estabelecimentos rurais do país, com relação ao último Censo Agropecuário ocorrido em 2006, houve um aumento de 67,3% de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas (IBGE, 2017). No tocante à porcentagem dos estabelecimentos rurais que são associados às cooperativas encontram-se expostos no mapa 1.

Mapa 1: Porcentagem de estabelecimentos rurais que são associados a cooperativas, distribuídas nas unidades da federação.



Fonte: Elaboração de Silva (2021), a partir de IBGE (2017).

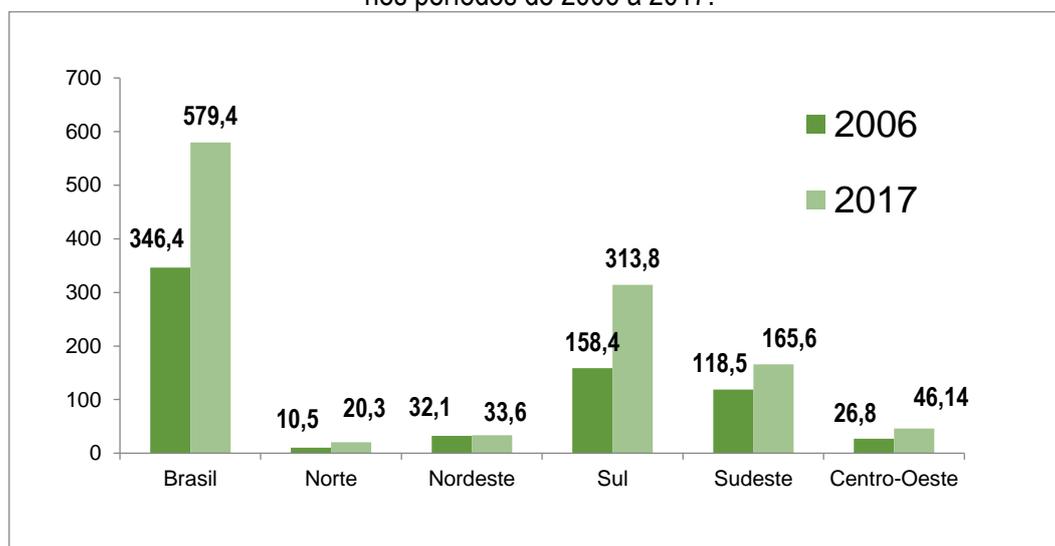
Notamos, por meio do mapa 1, que o Sul do país detém destaque com maior percentual de estabelecimentos ligados às cooperativas, já as regiões Norte e Nordeste têm os menores percentuais (IBGE, 2017), comprovando os históricos de falta de organização nos estabelecimentos rurais, como também a baixa adesão dos produtores para essas cooperativas.

Diante do resultado apresentado, as regiões Norte e Nordeste apresentam uma fragilidade no que diz respeito ao cooperativismo, enquanto a região Sul lidera, com até 40% dos estabelecimentos relacionados a cooperativas.

O gráfico 1 mostra o aumento da adesão dos estabelecimentos do período do Censo Agropecuário de 2006 até o de 2017, mostrando que houve aumento na adesão às cooperativas em todas as regiões do Brasil. Na região Nordeste ocorreu a mais baixa adesão, enquanto na região Sul o índice foi o mais alto de todo o país.

Apesar do número de estabelecimentos terem aumentado em todas as regiões do país, em algumas regiões estes números ainda são pouco expressivos, como é caso do Norte e Nordeste, o Sul lidera tanto com o aumento do número de estabelecimentos no período intercensitário, como também como a região com maior adesão dos estabelecimentos a cooperativas, podendo chegar a 40%.

Gráfico 1: Brasil: número de estabelecimentos agropecuários que estão vinculados a cooperativas, nos períodos de 2006 a 2017.



Fonte: Organizado pelos autores, a partir dos dados do IBGE (2017).

Para Abramovay (1997), as cooperativas têm a finalidade de auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar, tornando essa atividade favorável para realizar uma boa gestão dos empreendimentos, adquirindo autonomia para realizar negociações, principalmente, na compra de

insumos e na venda da produção. As cooperativas agropecuárias também têm a capacidade de influenciar políticas públicas neste setor.

Ainda com Abramovay (1997), na região Sul, estão as maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, onde encontram-se várias cadeias produtivas, como grãos, proteína animal e laticínios.

Não é sem razão que no Sul do país, onde o peso social e econômico da agricultura familiar é, em geral, superior ao do setor patronal, observam-se os embriões de organizações locais que poderão contribuir de maneira importante com uma nova visão do papel do espaço rural na luta contra as desigualdades (ABRAMOVAY, 1997, p. 77).

Já no Nordeste, o cooperativismo foi a região que apresentou o menor número de adesão às cooperativas com relação a esse segmento, o que pode ser tratado como um fator limitante para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Para Soares e Pires (2018), existem diversas questões que podem ser a causa do insucesso do cooperativismo agrícola na região Nordeste, sendo as principais:

- As atividades são em favor de um grupo restrito, onde evidenciam a figura de “um dono”, algumas até que ocorrem ações democráticas, no entanto não contam com recursos financeiros para implantação de projetos de interesse comum, como também os gestores e associados não tem conhecimento sobre negócios agrícolas;

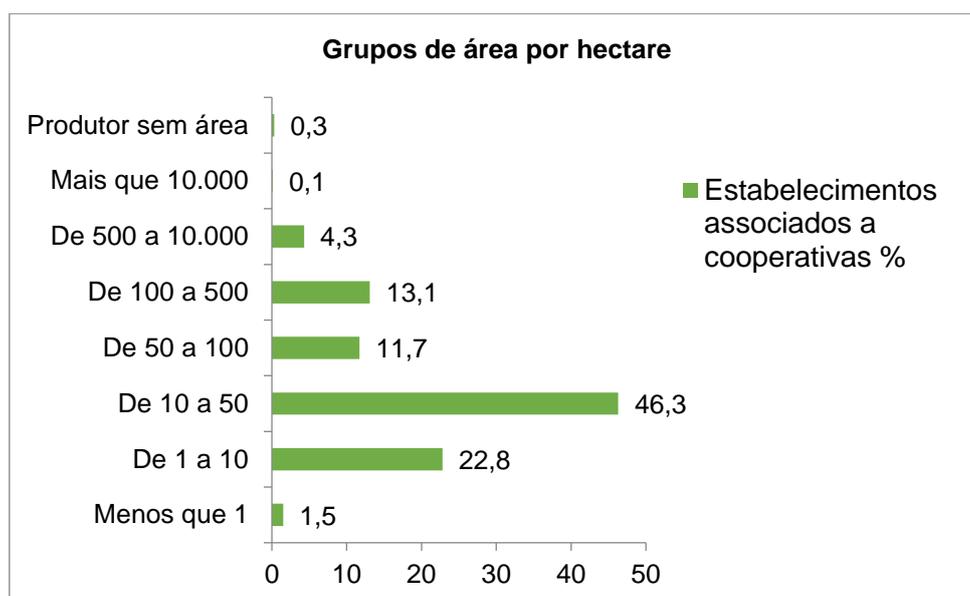
- O fracasso destas organizações é visto como de responsabilidade somente dos gestores, pois deve ser levado em consideração a política de venda mal executada, endividamento das cooperativas e seus sócios, falta de capital para os negócios prosperarem;

- Há ocorrência na região de algumas cooperativas, que mesmo sem apresentar bom desempenho na gestão e na governança, representam um importante instrumento dos pequenos agricultores para superarem as dificuldades do cotidiano de suas atividades (SOARES; PIRES, 2018).

Tais fatos demonstram que a prática cooperativista necessita de maiores estímulos de políticas e programas que incentivem à organização dos pequenos produtores da região Nordeste.

Com relação à área, 20% da área total estão ocupadas com estabelecimentos que estão associados a cooperativas, com cerca de 70,5 milhões de hectares (IBGE, 2017), a distribuição das áreas em hectares está evidenciada no gráfico 2.

Gráfico 2: Brasil: área de estabelecimentos agropecuários que estão vinculados a cooperativas.



Fonte: Organizado pelos autores, a partir dos dados do IBGE (2017).

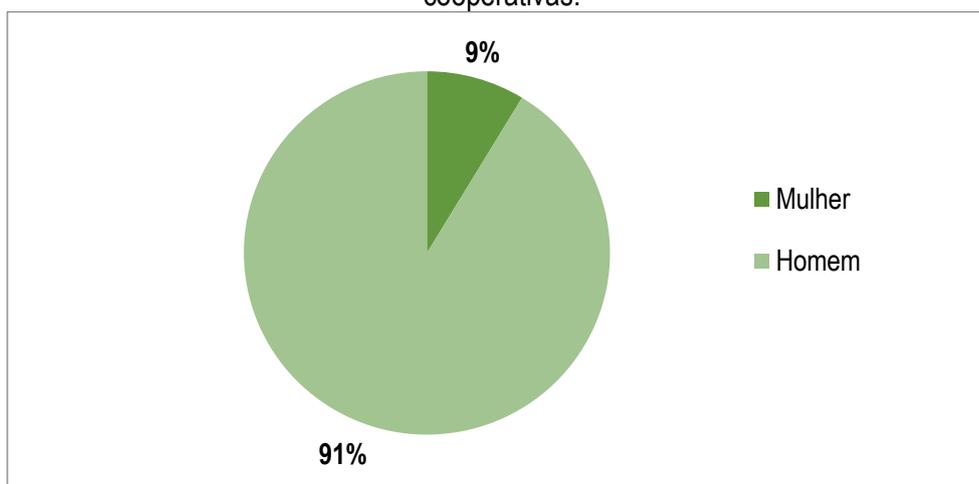
Com relação ao tamanho, 70,6% dos estabelecimentos associados a cooperativas possuem uma área entre 01 a 50 hectares, demonstrando que a maioria dos estabelecimentos vinculados a cooperativas são de pequeno porte, evidenciando que o interesse no cooperativismo parte da necessidade dos pequenos produtores.

No entanto, existem algumas cooperativas que desenvolvem atividades do agronegócio, pois, de acordo com Farias (2015), das cinquenta maiores empresas do agronegócio brasileiro, dezessete são cooperativas do ramo agropecuário.

Coradini (1982) identificou que no Brasil há um grande número de cooperativas agropecuárias, sendo o setor predominante, ou seja, a maior quantidade de cooperativas brasileiras é do ramo agropecuário. E referente aos estabelecimentos que são do tipo agricultura familiar, o Brasil tem um percentual de 71,2%, o que representa um total de 410 mil estabelecimentos nessa atividade no Brasil (IBGE, 2017).

No que diz respeito ao gênero com relação aos produtores cooperados (Gráfico 3), 8,7 % são mulheres e 91,3% são homens cooperados(as), mostrando um cenário desigual, exprimindo a necessidade de políticas de incentivo à adesão das mulheres no cooperativismo agrícola.

Gráfico 3: Brasil: Agricultores cooperados: porcentagem de homens e mulheres associados em cooperativas.

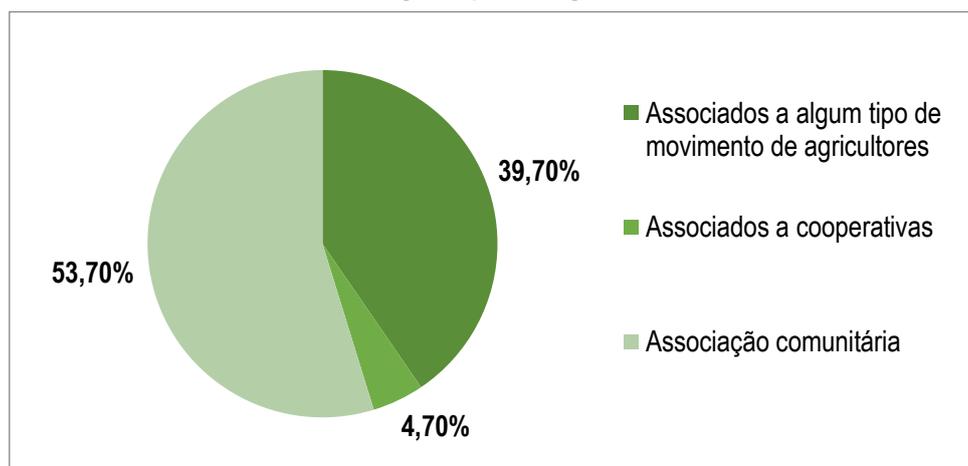


Fonte: Organizado pelos autores, a partir dos dados do IBGE (2017).

Na alfabetização, os números não são desanimadores, apenas 3,6 % dos associados em cooperativas não sabem ler e escrever, e os que sabem somam um percentual de 96,4 % (IBGE, 2017), esse fato pode ser um indicador de que quanto maior o nível de instrução, maior a adesão a cooperativas, tendo esses indivíduos, possivelmente, o objetivo de se organizar e competir na inserção de seus produtos no mercado.

Já com relação à porcentagem de organizações de agricultura familiar no semiárido nordestino, o Censo Agropecuário de 2017 evidenciou que apenas 26,4% dos agricultores familiares do semiárido nordestino estão vinculados a alguma entidade de classe. Os dados das porcentagens das organizações estão descritos no gráfico 4, esses resultados apontam como estão organizados os agricultores familiares do semiárido nordestino.

Gráfico 4: Semiárido Nordeste: Porcentagem de estabelecimentos da agricultura familiar que são vinculados a algum tipo de organização social.



Fonte: Organizado pelos autores, a partir dos dados do IBGE (2017).

O resultado apontado no gráfico 4, mostra o que já é visto na prática, pois no semiárido nordestino essa baixa adesão e/ou existência de cooperativas é algo comum, da mesma forma que organizações como associações comunitárias também são, estas são vistas como um instrumento que beneficia os agricultores familiares em determinados projetos e programas sociais.

Diante dos dados do último censo, fica clara a fragilidade do cooperativismo no Nordeste. No semiárido dessa região a situação consegue ser ainda mais evidente, ainda assim, o cooperativismo pode ser visto como uma alternativa para o progresso das atividades agrícolas desta região.

O cooperativismo agropecuário pode ser também uma ferramenta para o fortalecimento de pequenos agricultores menos favorecidos, o que mostra a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas direcionadas para esta categoria, como também a união de esforços destes atores para o fortalecimento de suas atividades. Adiante discorreremos sobre o cooperativismo como ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar.

O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste espaço identificamos na literatura as dificuldades enfrentadas quando se trata de cooperativismo na agropecuária, o que poderia ser uma solução para o fortalecimento da agricultura familiar e que ainda há um longo caminho para ser percorrido.

O cooperativismo deve ser estimulado dentro da realidade dos agricultores familiares, podendo ser uma alternativa, para a questão de organização dos agricultores familiares, viabilizando a

comercialização dos produtos, gerando emprego e renda, trazendo autonomia e a valorização do meio rural.

Nesse sentido, Souza e Vasconcelos (2004) apontam dificuldades nas pequenas organizações, como falta de controle de entrada e saída de capital, desistência do quadro social, em que esses quadros sempre se modificam, pois há demora no retorno econômico das organizações e a comercialização depende muitas vezes da ajuda externa, criando situações de crises.

O Brasil é considerado o novo celeiro do mundo devido o destaque para o agronegócio, no entanto, quando se trata de pequena produção, faz necessária a implantação de políticas públicas que garantam a estabilidade do produtor, devendo existir estratégias e planejamento de produção, já que há uma crescente demanda no âmbito global por alimentos, sendo necessário melhorar a infraestrutura, segurança no campo, redução dos custos de produção, dentre outros fatores para suprir essas demandas (SCHREINER, 2011).

Pires (2003) destaca o cooperativismo na agricultura familiar como fundamental e pontua as principais vantagens como:

- Aumentar o nível geral de preços de produtos no mercado para reduzir o nível de suprimentos comprados;
- Redução dos custos de processamento, através de montagem de grandes volumes, ou seja, as economias de tamanho ou dimensão;
- A distribuição para agricultores qualquer poupança líquida feita em manuseio, processamento e venda operações, ou seja, distribuição das sobras;
- Melhoria da qualidade dos bens ou produtos agrícolas beneficiados ou manipulados;
- Abertura de novos mercados para os produtos.

Podemos identificar que o cooperativismo pode ser uma ferramenta para fortalecer a agricultura familiar. No entanto formar cooperativas não é suficiente para proporcionar dignidade para essa categoria tão importante para a oferta de alimentos saudáveis, conservação dos recursos naturais e ainda fomentadora de desenvolvimento.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, houve o encolhimento da agricultura familiar em todo o território nacional com relação ao Censo de 2006, enquanto o agronegócio cresceu consideravelmente.

Tais resultados apontam para uma fragilidade da agricultura familiar, e este fato se destaca principalmente na região Nordeste, onde há uma baixa adesão ao cooperativismo, como mostra os dados do censo agropecuário de 2017.

Diante do exposto, podemos afirmar que a agricultura familiar necessita de estímulos e que seu fortalecimento requer formulação e execução de políticas públicas, e o cooperativismo deve aparecer dentre as principais alternativas de fortalecimento desta atividade.

Diante da importância do cooperativismo como ferramenta para fortalecimento da Agricultura Familiar, como mencionado pelos autores acima citados, na próxima seção serão identificadas as cooperativas agropecuárias do estado do Rio Grande do Norte.

AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Nesta seção abordaremos a situação atual das cooperativas agropecuárias de todo o Estado, e como esse segmento vem se comportando perante a economia potiguar e o que o último censo revela sobre essa atividade.

Cada vez mais ficam evidentes as discussões com relação às ações de sustentabilidade nas regiões rurais do semiárido. O principal desafio para essa região consiste na identificação das potencialidades econômicas que estão disponibilizadas para os agricultores familiares, sendo este um grande desafio para autoridades (RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2013).

O semiárido nordestino necessita de atividades agrícolas dentro dos parâmetros da convivência com o clima e que trabalhe a questão da organização e gestão. Diante disso, fica mais compreensível que o cooperativismo pode ser uma solução eficaz para o fortalecimento da agricultura nas regiões do semiárido do Nordeste.

No Rio Grande do Norte, da década de 1960 até a década de 1970, os gestores tinham o interesse em incentivar o cooperativismo através de programas e projetos, como uma forma de favorecer a indústria química e seus pacotes tecnológicos, reflexo da modernização do campo neste período (LUCENA, 2005).

Para Ferreira (2010), o cooperativismo potiguar não está distante da realidade do Nordeste e do Brasil, ele surgiu para corrigir equívocos da economia de mercado, principalmente relacionadas às dificuldades de acesso ao crédito.

Diante disso, Lucena (2005) destaca três problemas que podem ser indicados como os principais para os entraves do cooperativismo potiguar, a saber: capacitações, estudos sobre cada área de atuação das cooperativas e viabilidade econômica.

O Censo Agropecuário de 2017 pelo IBGE mostra que na última década houve uma diminuição de forma contínua na atividade agropecuária potiguar, o Censo também mostra que o Rio Grande do

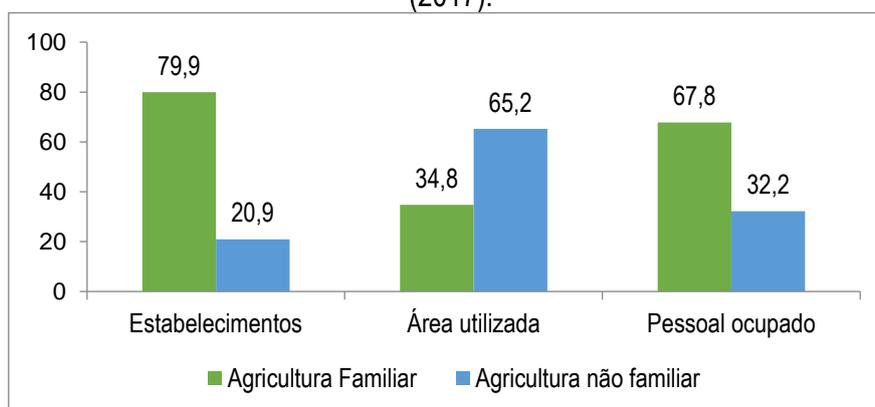
Norte é o estado do Nordeste que tem o menor número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários.

A pesquisa aponta ainda que o Rio Grande do Norte possui 213.883 trabalhadores de estabelecimentos agropecuários, representando uma queda, quando comparado ao censo agropecuário anterior (IBGE, 2006), que abrigava 247.515 pessoas nessa atividade representando 13% a menos em 2017. O número de estabelecimentos também foi reduzido em 23,6% entre os dois últimos censos (2006-2017).

Já na área total utilizada na agricultura, o Censo Agropecuário de 2017 apontou que houve diminuição de 15,4% entre 2006 e 2017, ou seja, perda de função de produção de cerca de 20 mil estabelecimentos rurais e quase 500 mil hectares deixaram de ser utilizados pela agropecuária (IBGE, 2017).

O último Censo Agropecuário de 2017 também evidencia um comparativo entre a agricultura familiar e não familiar do Rio Grande do Norte, como apresentado no (Gráfico 5), com relação aos estabelecimentos, área utilizada e pessoal ocupado com atividades agrícolas.

Gráfico 5: Rio Grande do Norte: Comparativo da porcentagem da agricultura familiar e não familiar (2017).



Fonte: Organizado pelos autores, a partir dos dados do IBGE (2017).

Diante do gráfico 5 podemos entender que o número de estabelecimentos da agricultura familiar é superior ao da agricultura não familiar, toda via, a área utilizada em hectares para a agricultura familiar é inferior a área utilizada pela agricultura não familiar, já o pessoal ocupado com agricultura familiar é superior a agricultura não familiar.

A partir do resultado do gráfico acima podemos dizer que na agricultura familiar potiguar, ocorre “muita gente para pouca terra”, já na agricultura não familiar a ocorre o inverso “muita terra para pouca gente”. Os números absolutos da desigualdade do espaço agrário potiguar serão apresentados no quadro 1, em que evidencia ainda mais esta disparidade entre os dois segmentos.

Quadro 1: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos, área, pessoal ocupado, comparativo entre a agricultura familiar e não familiar (2017).

Categoria	Total de Estabelecimentos	Área utilizada agricultura (há)	Pessoal Ocupado
Agricultura familiar	50.680	946,510	143.003
Agricultura não familiar	12.772	1.776,638	68.880
Total	63.452	2.723,148	213.883

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do Censo Agropecuário de 2017.

Esses dados, certamente, apresentam a grande quantidade de pequenos estabelecimentos rurais, com reduzidas porções de áreas, mostrando também a tradição das pessoas residentes nas áreas rurais, que se ocupam de atividades agropecuária, embora pouco rentável.

Outro ponto que deve ser esclarecido é que um dos responsáveis por esse resultado é a fruticultura tropical, pois para Aquino et al. (2020), no estado do Rio Grande do Norte, a fruticultura irrigada é uma atividade bastante competitiva, onde fazem parte dessa atividade promissora, um seleto grupo de médios e grandes produtores, que utilizam tecnologias modernas para produzirem com eficiência, utilizando mão de obra assalariada.

Tendo o melão como destaque, pois o Rio Grande do Norte é o principal produtor de melão do Brasil, segundo os dados do IBGE, em 2020, houve uma produção de 37.5574 toneladas da fruta (IBGE, 2020). O clima e o uso de modernas técnicas de produção favorecem à produtividade da fruta no semiárido potiguar.

Baseando-nos em Aquino *et al.* (2020), o setor familiar também é bastante representativo do ponto de vista socioeconômico, sendo que seus benefícios são mais visíveis no local, e sua participação na economia regional é bastante reduzida.

Com relação ao número do rebanho pecuário no Rio Grande do Norte, também houve queda significativa de 2006 para 2017, de 907.185 para 758.453 respectivamente, ou seja, 148 mil a menos no intervalo entre os dois censos.

No entanto, em 2017, a criação de bovinos e aves está presente em mais da metade dos estabelecimentos agropecuários, pois, dos 63.452 analisados no estado, 38.097 possuem rebanho bovino, representando uma média de 60% do total. No que se refere às aves domésticas, foram identificadas em 37.756 estabelecimentos, representando 59% do total (IBGE, 2017).

A geração de renda, na maioria das vezes, não atende às necessidades econômicas das famílias, como também não é suficiente para cobrir as despesas da produção.

Diante dos dados apresentados, há uma necessidade de buscar por ferramentas que tornem viáveis as atividades agrícolas potiguares, sendo o cooperativismo uma alternativa para o fortalecimento destas.

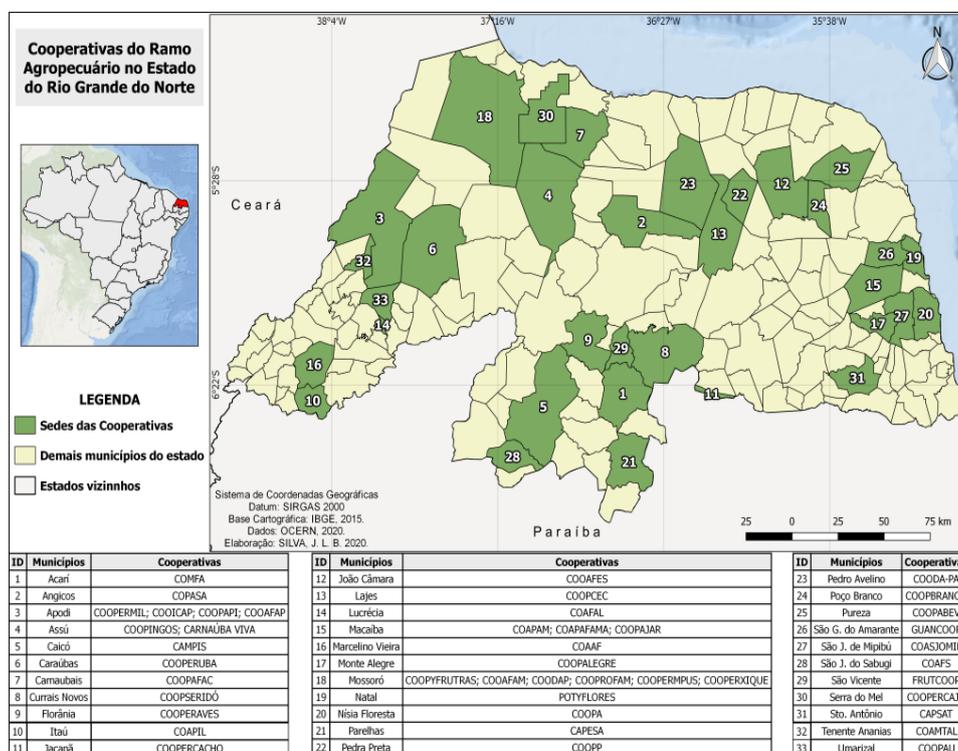
De acordo com a Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN, 2019), no estado citado não houve trabalho de desenvolvimento da cultura da cooperação, o que traz como consequência um número muito reduzido de cooperativas funcionando adequadamente. Como medida mitigadora, o incentivo e ações neste setor seriam necessários para o seu fortalecimento.

Para a FAERN (2019), o Rio Grande do Norte poderia desempenhar um papel de grande importância de agente fomentador do cooperativismo, o que pode contribuir para melhorar a organização dos produtores, aumentando o desempenho da agropecuária no Rio Grande do Norte. Na próxima subseção serão identificadas as cooperativas agropecuárias do estado, e onde estão localizadas.

identificação das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Norte

A partir da relação das organizações, realizamos o levantamento das cooperativas por região e identificadas cooperativas em todo o Rio Grande do Norte, como destacado no mapa 2. Constatamos um total de 44 (quarenta e quatro) cooperativas do segmento agropecuário, que adotam diversas atividades agropecuárias, caracterizadas ou não como da agricultura familiar.

Mapa 2: Rio Grande do Norte: distribuição das cooperativas do ramo agropecuário.



Fonte: Elaboração de Silva (2020), a partir de OCERN (2020).

Essas cooperativas estão distribuídas em 08 (oito) regiões potiguares e em 33 (trinta e três) municípios dentro das regiões situadas no: Central Cabugi; Sertão de Apodi; Seridó; Mato Grande; Açú-Mossoró; Trairi; Alto Oeste Potiguar e Leste Potiguar.

Apesar da quantidade de cooperativas agropecuárias existentes no Rio Grande do Norte, esse ramo do cooperativismo não tem grandes destaques, pois o resultado apresentado no último Censo Agropecuário aponta os dados de um setor em declínio.

Para Aquino *et al.* (2020), não diferente do restante do semiárido nordestino, o meio rural potiguar enfrenta sérias dificuldades, com diversos gargalos estruturais, e mesmo com sérias problemáticas, a agricultura familiar ainda é a principal ocupação produtiva na zona rural do Rio Grande do Norte.

Os dados do último censo em um comparativo entre os períodos que correspondem ao censo de 2006 até o de 2017, como mostra o quadro 2, houve uma redução de 23,6% no número de estabelecimentos rurais, na área que é utilizada para a agricultura houve uma redução de 15,4%, o número de pessoas ocupadas com esta atividade também reduziu em aproximadamente 15 %.

Quadro 2: Rio Grande do Norte: Número de estabelecimentos, área, pessoal ocupado (2006/2017).

Censo Agropecuário	Total de Estabelecimentos	Área utilizada agricultura (há)	Pessoal Ocupado
2006	63,411	2.723,748	213.883
2017	83.053	3.187,928	247.515

Fonte: Organizado pelos autores, a partir do IBGE (2017).

De acordo com a FAERN (2019), a agropecuária no Rio Grande do Norte segue as tendências identificadas em toda a região Nordeste. E conforme o Censo Agropecuário de 2017, na região Nordeste, houve uma redução de 8% da área utilizada para agricultura, e de 5% na redução dos estabelecimentos rurais, mostrando uma perda da função produtiva das propriedades rurais no Nordeste e de forma mais acentuada no Rio Grande do Norte, com destaque para as pequenas propriedades, pois para a (FAERN, 2019), a baixa rentabilidade da atividade agropecuária não a torna viável economicamente para o agricultor continuar produzindo.

Esta queda pode estar atrelada à falta de incentivo para esse ramo, o que os tornam incapazes de participar ativamente e concorrer com mercados ativos e dinâmicos na região e fora dela. Deixando clara a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas direcionadas e específicas para o pequeno produtor.

No entanto, com relação aos estabelecimentos da agricultura familiar que estão situados na região do semiárido potiguar, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, contam com percentual de

80,23 %, e a área ocupada com esses estabelecimentos conta com um percentual de 41,34% (IBGE, 2017).

Essa quantidade não aparenta ter relação com volume de produção, visto que a grande maioria é composta por pequenos estabelecimentos, com atividades de subsistência. A agricultura familiar do Rio Grande do Norte foi responsável por 29,68% do valor total da produção dos estabelecimentos (IBGE, 2017).

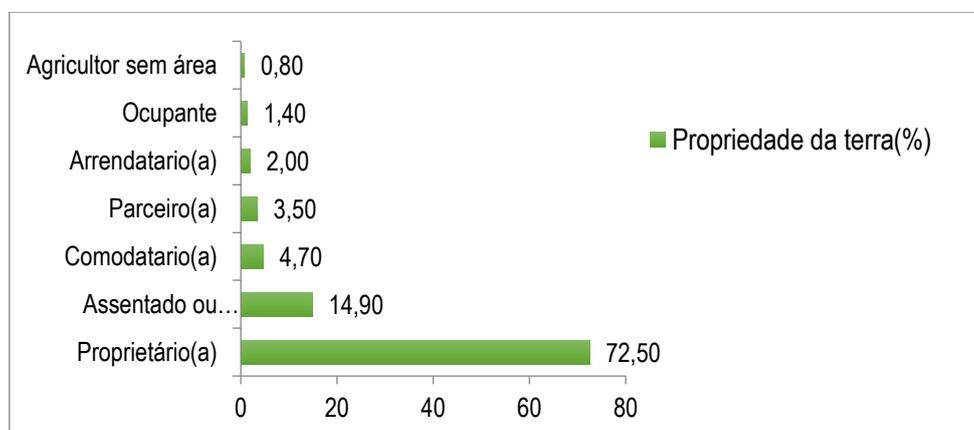
Os agricultores do meio rural potiguar têm como principal atividade a produção de alimentos de subsistência, a renda gerada pelos produtos é muito baixa ou insignificantes (AQUINO *et al.*, 2020). Dessa forma, também evidenciamos a diversificação da produção e a pluralidade no meio rural, como já descrita neste trabalho, sendo necessária para a sobrevivência no ambiente rural.

Para Aquino *et al.*, (2020), parte dos resultados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017, se dá pela grande seca que atingiu o estado de 2012-2017, o que piorou a situação da agropecuária potiguar, sobretudo, da agricultura familiar, que já era identificada como uma atividade bloqueada.

De acordo com Santana (2020), ocorreu baixa produção e queda na renda que era gerada por todo o conjunto das atividades do setor agrícola do semiárido brasileiro. Entre 2011 e 2017, muitos produtos agrícolas apresentaram quedas drásticas, levando a prejuízos no setor agropecuário, sobretudo, na agricultura familiar. Nesse período, houve um alto percentual de municípios que decretaram situação de emergência, em que o Rio Grande do Norte ganhou destaque devido a 96% dos seus municípios entrarem em situação de emergência ocasionada pela grande seca.

O Censo Agro de 2017, também traz dados da condição dos agricultores familiares potiguar com relação a propriedade da terra (gráfico 6), e estes dados, seguem a tendência nacional, que o agricultor(a), proprietário(a), superava as demais condições da terra com mais de 70%, enquanto as outras formas de propriedades da terra não chegam a 30%.

Gráfico 6: Rio Grande do Norte: Condição de posse da terra por agricultores familiares (2017).



Fonte: Organizado pelos autores, a partir dos dados do IBGE (2017).

A propriedade da terra não significa que a agricultura familiar seja uma atividade economicamente ativa e que seja atrativa para os residentes nas áreas rurais do Rio Grande do Norte, pois para Aquino *et al.*, (2020), o problema da agricultura familiar é estrutural o que torna esta atividade inviável economicamente.

Diante do material pesquisado, entendemos que um dos grandes problemas da agropecuária é a falta de organização e gestão nos estabelecimentos rurais, podendo serem propostas, possíveis soluções pela fundação de cooperativas. Ainda conforme o Censo Agropecuário de 2017, apenas 898 estabelecimentos rurais do semiárido potiguar estão associados a cooperativas (IBGE, 2017).

Precisamos também destacar que alguns documentos oficiais mascaram a realizada da produção agropecuária no País. Mitidiero Júnior (2022) destaca que apesar do Censo Agropecuário é a maior e mais importante base de dados sobre o campo brasileiro, por abranger um detalhamento no levantamento de informações acerca da sociedade e do território rural, a história nos mostra nos últimos anos os cortes existentes nas pesquisas e investimentos no setor que resultaram nos dados apresentados pelo Censo Agropecuário 2017. E principalmente a importância do Censo como instrumento de pesquisa e planejamento governamental. Por outro lado, temos o caráter dual do censo Agropecuário com instrumento de poder das elites e também de resistência ao mostrar, como o autor enfatiza, o peso da agricultura familiar/dos pequenos estabelecimentos na produção de alimentos. Temos alguns exemplos de próspera produção e comercialização da agricultura familiar mesmo no período da pandemia do COVID-19, como o trabalho de Preiss, Deponti e Jiménez (2023).

Nesse sentido, o cooperativismo aparece como uma ferramenta de grande importância para o desenvolvimento e fortalecimento do ramo agropecuário, e pode desenvolver ações para tornar agricultores familiares, pequenos e médios produtores a estimular e desenvolver suas atividades, o que pode melhorar a situação socioeconômica da população que vive nos ambientes rurais, como é discorrido por Aquino, Freire e Carvalho (2017).

Com relação às cooperativas potiguares, foram identificadas 44 (quarenta e quatro). Essa quantidade pode ser vista como razoável, visto que a desvalorização desse setor faz com o que o interesse por esse ramo se torne cada vez menor e menos atrativo, uma vez que ainda não existe na literatura dados significativos que mostrem resultados dessa atividade que impacte a agricultura familiar.

O destaque do setor agrícola do Rio Grande do Norte fica por conta da fruticultura irrigada, pois de acordo com a FAERN (2019), essa atividade foi responsável por inserir este estado no mapa da produção agrícola brasileira, e as culturas que são cultivadas com alto grau de tecnologia apresentam ótimo desempenho, como é o caso do melão e, independente de período de seca prolongado, este setor

se mantém em destaque de produção, sendo estas direcionadas para um mercado globalizado (FAERN, 2019).

A FAERN (2019) também menciona que a disponibilidade de tecnologia e inovação na produção e o incentivo do estado para as agroindústrias poderia fortalecer a produção agrícola dos médios e pequenos.

Evidenciamos, portanto, uma disparidade com relação às atividades agrícolas potiguares. De um lado, uma atividade promissora do ponto de vista econômico, com destaque nacional e até internacional, já que uma grande parte desta produção é exportada. Do outro lado, encontramos a agricultura familiar sem destaque econômico em uma escala nacional, que apesar disso, trata-se de uma atividade de extrema importância para a conservação dos recursos naturais, saberes locais e de sustentabilidade dos indivíduos que vivem no meio rural.

Diante da identificação destas organizações, e dos dados encontrados, surge a necessidade de estudar este tema, pois a partir de um levantamento de informações, pode surgir, sugestões de ações necessárias para o fortalecimento do cooperativismo agropecuário no estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de entender o cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Norte, esta pesquisa trouxe uma relação das cooperativas deste ramo, realizando um levantamento destas cooperativas agropecuário que constatou um total de 44 cooperativas deste setor.

Apesar dos dados do último censo agropecuário apresentar uma queda das atividades no Rio Grande do Norte, a agropecuária neste estado é primordial para a produção de alimentos, e o cooperativismo pode ser identificado por agricultores e produtores como um instrumento necessário para o sucesso desta atividade, podendo proporcionar a organização para, assim, suprir as exigências do mercado. O conhecimento técnico também é um importante instrumento para tornar os pequenos agricultores autônomos e valorizar suas atividades.

Esta pesquisa evidência a importância do cooperativismo para o setor agropecuário, pois, os princípios norteadores que impulsionam o cooperativismo desde a formação da primeira experiência de cooperativa que são necessários até a atualidade precisam ser colocados em prática e adaptadas para os dias atuais, de modo a considerar as condições locais e o modo de produção e organização das pessoas.

No Rio Grande do Norte o cooperativismo agropecuário se apresenta com maior relevância na economia local, apesar de haver ações de fortalecimento do cooperativismo deste setor, ainda não é o

suficiente, pois em uma escala mais elevada este setor tem destaque para as grandes empresas com produção de monoculturas que abastecem o mercado interno e principalmente externo, ficando estas cooperativas com dificuldades de competir neste mercado.

Por outro lado, estas cooperativas trazem consigo uma característica necessária e que a cada dia está sendo demandada, que seria a produção e consumo consciente de alimentos que seguem os moldes da agricultura sustentável, produzindo alimentos de qualidade e sem agroquímicos para alimentar a população local e regional.

Consideramos que esta pesquisa propõe auxiliar estudos sobre esta temática, como também identificando o número de cooperativas existentes demonstrando a possibilidade do fortalecimento da agropecuária sob a luz do cooperativismo, podendo ocorrer ações e políticas públicas específicas para este setor.

Frisamos que os agricultores deverão se apropriar de suas organizações e suas produções, e o fortalecimento deste setor depende da organização e gestão dos mesmos. Concluimos ressaltando que este trabalho será necessário pelo fato de que perseguimos o atendimento de uma agenda de pesquisa que visa discutir este tema tão importante para o desenvolvimento territorial seja no Rio Grande do Norte, objeto de nossa investigação, seja em outra escala de investigação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

ALVES, A. G. M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre, 2003.

AQUINO, J. R. de; FREIRE, J. A.; CARVALHO, A. C. A. T. de. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 2, p. 66-92, 2017. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/813>.

AQUINO, J. R. *et al.* Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: Perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 113-131, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1270>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Sucessão Familiar e Cooperativismo Agropecuário: Perspectivas de Famílias Cooperadas em um Estudo de Caso no Triângulo Mineiro. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 15, n. 40, p. 433-458, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5858>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Lei 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 nov. 2019.



CORADINI, O. **Agricultura, cooperativismo e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CUNHA, A. A. da. **Cooperativas Agropecuárias do Alto Oeste Potiguar**: Como estas organizações podem contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar. 161 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021.

FAERN - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DA AGRICULTURA PECUÁRIA E PESCA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Documento de Propostas para a Agropecuária Potiguar 2019-2022**. Natal: FAERN, 2019. Disponível em: <https://www.senarn.com.br>. Acesso em: 20 out. 2021.

FARIAS, F. R. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. 2015. 327f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160636>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FERREIRA, N. M. C. **Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular**: algumas evidências no meio rural potiguar. 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13738>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 22 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>. Acesso em: 26 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LAGO, A. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. 2009. 179 p. Tese (Doutorado em Agronegócios) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LUCENA, M. B. **Cooperativas Potiguares no tempo e no espaço, 1915 a 2004**. Natal: Cartilha da OCB, 2005.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. . **Censo Agropecuário 2017**: o que revela o censo do golpe?. 1. ed. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2022. 311p.

MST – Movimentos dos Trabalhadores sem Terra. **Cooperativas do MST**. MST, 2023. Disponível em: < <https://mst.org.br/tag/cooperativas/>>. Acesso em: 10, nov. 2023.

NASCIMENTO, A. S. P. do .; NASCIMENTO, J. S. P. do . Assistência técnica e extensão rural: a percepção de satisfação do serviço prestado às associações atendidas por um projeto público de desenvolvimento rural no território do médio sertão paraibano. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 10, n. 1, p. 66–94, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/1823>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo**. Disponível em: www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo. Acesso em: 04 nov. 2019.

PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003.

PREISS, P.; DEPONTI, C. M.; JIMÉNEZ, G. D. Comercialização da agricultura familiar em tempos de pandemia: uma análise da região do Vale do Caí – RS. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 13, n. 1, p. e02305, 2023. DOI: 10.33237/2236-255X.2023.4583. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/4583>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, K. P. Cooperativismo Agropecuário e Desenvolvimento Local Na Região Do Submédio São Francisco: O Caso da Coopevasf no Município de Orocó-PE. **Revista Opara**, Petrolina, v. 3, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <http://revistaopara.facape.br/index.php/opara>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

SANTANA, A. S. de; SANTOS, G. R. dos. **Impactos da seca de 2012-2017 na região semiárida do Nordeste**: notas sobre a abordagem de dados quantitativos e conclusões qualitativas. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10392>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia (RBGE)**. ISSN 2237-1664, n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/COOPERATIVISMO>. Acesso em: 01 set. 2021.

SCHREINER, J. M. **Alimentar 7 bilhões de habitantes**, 2011. Disponível em www.sistemafaeg.com.br/faeg/site/noticia. Acesso em: 22 mai. 2020.

SESCOOP - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/RN. **História do Cooperativismo**, 2020. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SILVA, E. F. A. **Organização das Cooperativas Brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SOARES, L. A. S.; PIRES, M. L. L. S. Análise dos processos de crise nas cooperativas agrícolas do Nordeste do Brasil. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 1, n. 12, p. 83-110, 2018. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/1847>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SOUZA, G. L.; VASCONCELOS, N. Desafios e Sobrevivência das Cooperativas Populares: estudo de Caso de Quatro Empreendimentos em Salvador. **Revista Educação, Tecnologia e Cultura do CEFET-BA**, Salvador, v. 2, 2004.

VELLOSO, T. R. A trajetória do movimento cooperativista no Brasil: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento regional. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11. **Anais [...]**. Salvador, 2011.